

## **Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil**

*Luis Felipe Miguel\**

A “segurança nacional” foi o mantra comum das ditaduras militares que, entre as décadas de 1960 e 1980, proliferaram pela América Latina. A expressão remetia a uma mesma doutrina, gerada nos Estados Unidos e adotada pelas forças armadas do subcontinente: a necessidade de privilegiar o combate ao chamado inimigo interno, isto é, aos pretensos agentes infiltrados do comunismo internacional. Via de regra, isto se traduzia na repressão aos movimentos populares, cujas reivindicações ameaçavam a paz social e, portanto, possuíam caráter subversivo.

Este quadro foi comum aos diversos regimes militares latino-americanos; mas, por outro lado, ocorreram diferenças significativas na aplicação dos preceitos da segurança nacional. Na Argentina, após o golpe de 1976, os militares promoveram a desindustrialização do país, entendendo-a como medida necessária para a desativação do movimento operário. No Chile governado pelo general Augusto Pinochet, adotou-se uma política econômica de extremado liberalismo, inspirada nas idéias de Milton Friedman. Um caso excepcional ocorreu no Peru, em que a ideologia da segurança nacional foi reinterpretada de forma antiimperialista e socializante após o golpe de 1968<sup>1</sup>.

O presente artigo focaliza o caso brasileiro. Não existem dúvidas sobre a importância da doutrina de segurança nacional para as forças armadas do Brasil. Ela foi um elemento significativo na constituição da identidade militar<sup>2</sup> e tornou-se pensamento oficial de Estado durante a ditadura iniciada em 1964. A Escola Superior de Guerra (ESG), desde a década de 1950 o principal centro militar de estudos do País, foi a responsável pela difusão da ideologia. Mas, ao mesmo tempo, deu-lhe feições próprias, combinando-a com elementos da tradição do pensamento político brasileiro — em especial o desenvolvimentismo autoritário de Oliveira Vianna e Alberto Torres — e com o estudo da geopolítica. O resultado foi uma doutrina que incluía a busca de um acelerado desenvolvimento econômico como momento essencial da promoção da

segurança nacional. Assim, os militares brasileiros no poder consideraram parte de sua missão, tanto quanto reprimir os grupos à esquerda no espectro político, estimular a industrialização para substituição de importações e desenvolver a infra-estrutura produtiva, em especial estradas e telecomunicações.

O desenvolvimentismo e o culto da geopolítica são características nacionais, que deram a face distintiva da ideologia da segurança nacional brasileira. A repressão aos grupos “subversivos” estava, assim, inserida numa visão do destino do país, que os militares julgavam fadado a se tornar uma grande potência, tanto bélica quanto econômica.

### **A Escola Superior de Guerra**

A ESG foi criada logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Seus fundadores foram, em sua maioria, oficiais que haviam participado da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e lutado na Itália contra o Eixo, sob o comando dos Estados Unidos. A ligação com os EUA foi constitutiva da ESG desde a sua idealização. Segundo seu primeiro comandante, o marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ela pretendia reunir em si as atribuições do Industrial College e do War College estadunidenses, ao mesmo tempo em que contribuiria para a integração entre os vários ramos das forças armadas<sup>3</sup>. Desde o início, a escola se pautou pela doutrina da “guerra total”, segundo a qual a preparação para a guerra exige esforços em todos os campos da vida social.

A partir de 1954, sob a influência da U. S. Army School of the Americas (USARSA, a “Escola do Panamá”), a ESG passou a ter no chamado “inimigo interno” sua maior preocupação<sup>4</sup>. Em 1973, a doutrina da ESG foi codificada no *Manual básico* da Escola. Tratava-se de uma interpretação completa do País, seu passado, presente e futuro. O elemento mais importante era a apresentação dos “Objetivos Nacionais Permanentes”, isto é, dos valores perseguidos pela nação. Eles incluíam a soberania, a integração nacional, a integridade territorial, a democracia (numa forma apropriada à “realidade brasileira”) e o progresso. Estes seriam os interesses vitais do Brasil; eram operacionalizados nos “Objetivos Nacionais Atuais”. Além disso, o *Manual* listava os “óbices” e “pressões” a serem enfrentados e determinava o “Conceito Estratégico Nacional” que daria forma a este enfrentamento nos campos “econômico”, “político”, “psicossocial” e “militar”<sup>5</sup>. Várias edições, cada uma com pequenas alterações, foram feitas do *Manual básico*, mesmo após o retorno dos civis ao poder.

Fica clara a adesão a uma idéia orgânica da nação, já a partir da crença na existência de interesses nacionais objetivos e observáveis. Além

disso, é notável que o pensamento da ESG, tal como codificado no *Manual* e obras complementares, compõe-se de uma série de conceitos estanques, fixados rigidamente. O importante parece ser desvendar, enunciando-a, a essência de objetos que não são construtos teóricos, mas elementos empiricamente constatados. Uma vez desvelada, tal essência simplesmente “é”, ou seja, paira a-historicamente. A conceptualização e seu complemento, a taxionomia, representam os dois grandes esforços da doutrina. Neste modelo de pensamento se enquadram os ideólogos e divulgadores da ESG, como o general Meira Mattos, o professor José Alfredo Amaral Gurgel, a professora Therezinha de Castro e mesmo o general Golbery do Couto e Silva, que foi, entre os intelectuais ligado à Escola, o teórico de maior envergadura.

Durante o regime militar, e mesmo depois, os cursos da ESG eram freqüentados por oficiais das três armas e por civis, considerados representativos das várias “elites” nacionais (o empresariado, as universidades e a burocracia estatal). Entre os professores (o chamado “corpo permanente” da escola) também havia civis e militares. O curso exigia dedicação exclusiva durante um ano; os estagiários visitavam as diversas regiões do país, conheciam obras voltadas para o desenvolvimento nacional como Itaipu ou Carajás e era de praxe que, ao final, fossem brindados pelo governo dos Estados Unidos com um convite para visitar Washington. Nos anos 1990, com a criação de cursos avançados de política e estratégia para oficiais dentro de cada arma, a ESG perdeu muito de sua importância como parada obrigatória na carreira de quem quisesse alcançar os níveis mais altos da hierarquia militar.

Praticamente em todos os estados da Federação existem sucursais informais da ESG — são as associações dos diplomados da ESG (Adesg), que continuam em funcionamento, embora tenham perdido muito de sua influência. As Adesg’s promovem seminários e cursos curtos, com o intuito de divulgar a doutrina. Para todos os efeitos, são organizações autônomas, sem qualquer vínculo com o Estado, as forças armadas ou a própria escola.

De forma bem geral, é possível dizer que “as três fontes e as três partes constitutivas” do pensamento militar brasileiro, em sua versão dominante a partir de meados dos anos 50, traduzida justamente na doutrina da Escola Superior de Guerra, são o pensamento autoritário desenvolvimentista, a doutrina da segurança nacional e a geopolítica. Outras influências, como o positivismo e o integralismo, também têm sido assinaladas; estas três, porém, são as mais próximas e mais importantes.

### **A doutrina da segurança nacional**

A doutrina da segurança nacional possui origem externa: trata-se da

ideologia exportada pelos Estados Unidos para consumo das forças armadas sul e centro-americanas, no contexto da guerra fria. Seu pressuposto básico era um conflito global entre ocidente e comunismo, cabendo aos EUA a defesa do hemisfério contra as agressões do bloco soviético. Mas a estratégia soviética seria, cada vez mais, a de evitar um confronto aberto, optando pela expansão das fronteiras ideológicas.

Trocando em miúdos, os soviéticos investiriam em ações subversivas contra os governos pró-ocidentais, podendo para isso usar as armas da agitação de massas, da guerra revolucionária, do terrorismo ou mesmo aproveitar a existência de governos vacilantes. Notadamente, “o conflito entre capital e trabalho é concebido como um ‘corpo estranho’ nas suas relações naturais, estas marcadas pela cooperação e complementaridade”<sup>6</sup>.

Existiriam, assim, um “inimigo interno”<sup>7</sup> — agentes subversivos a serviço do expansionismo soviético travestidos de cidadãos nacionais — e uma “agressão interna”, categoria que englobava quaisquer ações anticapitalistas ou mesmo apenas reformistas. A doutrina, é importante assinalar, não via apenas uma combinação de objetivos entre o expansionismo de Moscou e a ação esquerdista interna, mas uma absoluta coordenação; para o general Golbery do Couro e Silva, a guerra subversiva e a agressão externa soviética devem ser encaradas como duas facetas de uma mesma hipótese de guerra<sup>8</sup>. Ainda mais claro é o *Manual básico* da ESG: “*A guerra revolucionária é, em verdade, a expressão de uma política externa revolucionária*”<sup>9</sup>.

A faceta “agressão interna” seria o alvo principal das ações defensivas dos países da América do Sul e Central. Haveria, portanto, uma espécie de divisão internacional do trabalho militar do ocidente, cabendo às forças armadas latino-americanas tarefas essencialmente policiais. Isto se traduziu inclusive na política de Washington para a venda de material bélico a esses países (onde se buscou reduzir a venda de equipamentos destinados à guerra convencional). Por outro lado, a intervenção estadunidense na vida política dos países da América Latina, promovendo a derrubada de regimes pouco confiáveis, era condizente com o caráter externo — de agressão soviética — de que estaria revestida qualquer ação revolucionária ou reformista.

Neste modelo de guerra total, a defesa contra o “inimigo interno”, a luta contra a subversão, se dá em todas as esferas da vida social; envolve desde o controle do fluxo de informações (o campo de batalha “psicossocial”) até o modelo de desenvolvimento econômico. Nas palavras do general Aurélio de Lyra Tavares, ainda antes do golpe de 1964 no Brasil:

No quadro dessa ameaça [o comunismo], os problemas

relevantes da Segurança Nacional se transferem do campo militar para o social, o econômico e o político, mas, principalmente, para o social e econômico, pelo que passaram a preponderar, na preocupação dos governos, a paz e a estabilidade sociais, que constituem, na presente conjuntura, o verdadeiro ‘front’ sujeito ao ataque do Comunismo<sup>10</sup>.

Haveria necessidade de empreender a batalha em todos os campos, elegendo a segurança nacional como meta máxima, à qual se sacrificariam, inclusive, a liberdade e o bem-estar da nação<sup>11</sup>. Isto implicava, também, uma denúncia contra o Estado liberal-democrático, tido como incapaz de garantir sua segurança (embora, paradoxalmente, seja este Estado que encarne o ideal ocidental pelo qual se bate). Conforme o general Golbery do Couto e Silva, “o Ocidente é uma sociedade democrática, aberta à infiltração da propaganda inimiga e que, respeitando a consciência do indivíduo e a dignidade da pessoa humana, não pode reprimir com eficácia a atuação desagregadora da quinta coluna soviética, dos simpatizantes e teleguiados comunistas”<sup>12</sup>.

Uma interpretação da doutrina da segurança é a que faz Alfred Stepan, ao vê-la como o momento de viragem da missão tradicional de defesa externa das forças armadas, o “velho profissionalismo”, para um “novo profissionalismo” voltado à segurança interna<sup>13</sup>. Tal interpretação não é incompatível com a que vem sendo feita até o momento, embora a ênfase do autor nos aspectos exclusivamente internos à corporação militar — desprezando a influência tanto dos Estados Unidos quanto da burguesia brasileira, igualmente assustados com a possível escalada do movimento popular no país e vendo nas forças armadas um escudo oportuno — merecesse maior discussão.

### ***O pensamento autoritário brasileiro***

A Primeira República brasileira (1889-1930), após um breve período de governos militares, caracterizou-se pelo domínio das oligarquias estaduais. A Constituição de 1891 concedia ampla autonomia aos estados federados, fruto da influência da constituição dos Estados Unidos, mas também das sucessivas rebeliões regionais que marcaram o Segundo Reinado (1840-1889). Como observou José Antônio Giusti Tavares, o federalismo brasileiro nasceu de um movimento oposto ao estadunidense. Nos EUA, o Estado federal foi o resultado de um esforço de concentração do poder, antes disperso entre as 13 ex-colônias quase soberanas; no Brasil, foi fruto de um movimento visando a descentralização<sup>14</sup>.

A predominância das oligarquias rurais na condução da economia emperrava a industrialização do país. O pensamento autoritário

desenvolvimentista nasce em oposição a essa situação, apontando a centralização do poder político como uma necessidade para impulsionar o crescimento e a industrialização. Era clara a defesa de um “Estado forte”; na definição de Bolívar Lamounier, tratava-se de um “sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade”<sup>15</sup>, que, em muitos autores, com maior ou menor nitidez, foi resvalando para simpatias pelo fascismo.

Alberto Torres foi o pai desta corrente de pensamento; Oliveira Vianna, seu representante mais destacado. Torres, falecido em 1917, bateu-se — como publicista e como parlamentar — pela revisão da Constituição de 1891. Chegou a redigir um projeto de constituição reformada. Entre as principais inovações, estava a dilatação dos poderes da União, ao ponto da total descaracterização do federalismo: à União era reservado o direito de intervir nas províncias a qualquer momento, tendo inclusive o direito de privá-las da autonomia<sup>16</sup>. Também previa a ampliação do mandato presidencial para oito anos, com eleição por um colégio de notáveis, para evitar uma alternância no poder que julgava pernicioso<sup>17</sup>, e a criação de um quarto poder, o poder coordenador, com o direito de intervir nos demais poderes<sup>18</sup>. Seu propósito era a concentração do poder, medida que considerava indispensável para a formulação de qualquer projeto nacional.

Discípulo de Alberto Torres, Oliveira Vianna é conhecido principalmente por suas teorias raciais e seu projeto de “arianização” do Brasil, que não interessam no momento<sup>19</sup>. Ele encampou e radicalizou várias propostas de Torres. Considerava necessária a criação do quarto poder por entender que a instabilidade política e administrativa da República derivava “da inexistência de um poder político *vitalício*, entre os poderes públicos *temporários*, criados pela Constituição Republicana”<sup>20</sup>.

Seu antiliberalismo se manifesta no menosprezo ao poder legislativo, que gostaria de substituir por um órgão técnico de estilo corporativo<sup>21</sup>. Um executivo forte, um judiciário vigilante e eventualmente o poder coordenador são as peças-chave de seu sistema: “O Poder Judiciário e o Poder Executivo são os grandes poderes cuja organização nos deve preocupar, de maneira precípua, numa obra séria de revisão [constitucional]. O Poder Legislativo, na sua modalidade parlamentar, é, ao contrário do que parece, de importância secundária”<sup>22</sup>.

Ele rompe com o instituto do sufrágio universal, julgando pernicioso a participação popular na política: “O governo é uma função de *elite* e às *elites*, portanto, cabe eleger os agentes supremos do governo”<sup>23</sup>. Oliveira Vianna confessa que, a rigor, só há espaço para o parlamento, em seu sistema, por ser necessário “atender ao sentimento das massas populares e das elites, que ainda continuam a considerá-lo a expressão simbólica da

liberdade política”<sup>24</sup>. Temendo o conflito de interesses, por desagregador do Estado, sonhava substituir a política pela técnica: era hora de “desintegrar” a política de partidos<sup>25</sup>.

Embora tenha escrito que o *leitmotiv* de sua obra foi “o postulado da preeminência do princípio da *autoridade* sobre o *princípio da liberdade*”<sup>26</sup>, Oliveira Vianna jamais chegou a renegar por completo a democracia e o liberalismo. Como para Alberto Torres, tratava-se, simplesmente, de eliminar o divórcio entre o “país legal” e o “país real”; nas palavras do próprio Oliveira Vianna, de superar a divergência entre a norma jurídica elaborada pela elite e a ação real do “povo-massa”, que a desconhece e se recusa a obedecê-la<sup>27</sup>.

Segundo sua visão, haveria uma longa caminhada até a construção de um verdadeiro Estado-nação, com uma verdadeira cidadania. Até lá, não se tratava de combater a democracia, mas de entender que ela não possuía solo fértil para florescer no Brasil. Era necessário criar, através de métodos autoritários, as condições para que a democracia fosse implantada num futuro menos ou mais distante. O mesmo estilo de autoritarismo instrumental<sup>28</sup> que Eurico Figueiredo identifica no discurso do marechal Castelo Branco, o primeiro presidente do ciclo militar, em que

a categoria “democracia” é tratada como um ideal a ser imperativamente atingido, mas que não pode, “no aqui e agora”, materializar-se. [...] A democracia [...] é percebida como um conceito que paira acima e além da história brasileira, mas que, por isso mesmo, jamais se visualiza no âmbito da realidade imediata. O liberalismo do Marechal-Presidente situa-se no âmbito da prognose, da antecipação; o seu autoritarismo no âmbito do presente vivido<sup>29</sup>.

A necessidade de um “Estado forte”, centralizador, intervencionista, capaz de promover o desenvolvimento econômico; a crença na eficácia da utilização de métodos autoritários para o aprimoramento da cultura política; a desconfiança em relação aos conflitos de interesses e a vontade de substituir a política pela técnica; especialmente a visão da organização como o problema vital do Brasil — são idéias que se disseminaram no exército brasileiro, então confrontado com a política anti-industrializante e antimilitarista da Primeira República. Elas estão presentes tanto no discurso dos chamados “jovens turcos”, que pregavam a profissionalização das forças armadas nos anos 1910 (embora não necessariamente sua despolitização), quanto entre os tenentes insurrectos da década de 1920. E até entre oficiais legalistas, que combatiam os tenentes, como o general Góis Monteiro. Mais ainda: é uma concepção que aparece mesmo entre aqueles tenentes, liderados por Luís Carlos Prestes, que se dirigiram para o comunismo e erigiram uma nova síntese autoritária sob a égide do

stalinismo.

Também descende de Torres e Oliveira Vianna a noção de que os poderes tradicionais da democracia representativa não são capazes de promover o desenvolvimento nacional. Há necessidade de um poder que se exerça sobre os poderes, como o poder moderador do Império. As forças armadas incorporaram este papel, inclusive adotando explicitamente um discurso de “poder neutro”<sup>30</sup>. Embora, como se sabe, sua atuação política não tenha sido jamais marcada por essa “neutralidade”.

O pensamento autoritário da Primeira República embutiu na doutrina da ESG um desenvolvimentismo que não é, de forma nenhuma, inerente à ideologia da segurança nacional. Nele, o autoritarismo é visto como o instrumento necessário — de fato, imprescindível — para romper a letargia nacional, dissipar o conflito de interesses desagregador e orientar todas as forças da nação, de forma unânime, na direção do progresso material. Na medida em que tal progresso é ambicionado por todos e a todos beneficiará, o autoritarismo está legitimado.

### **A geopolítica**

Desde antes da difusão da ideologia da segurança nacional, a geopolítica já estava presente no pensamento militar brasileiro. Ela alimentava os sonhos da “grande potência” continental e mundial. No contexto da “guerra total” contra a subversão comunista, a geopolítica teve sua importância redobrada, uma vez que ela afiançava que o país era o baluarte do ocidente no Atlântico Sul e, portanto, merecedor de uma parceria privilegiada com a nação líder (os Estados Unidos).

A geopolítica nasceu com o alemão Friedrich Ratzel, na segunda metade do século XIX. Sua idéia central é a de que a geografia rege a vida dos Estados, levando a melhor os Estados que souberem interpretar aquilo que ela lhes destina. Além disso, o Estado é uma “natureza orgânica” e “nada contradiz mais a natureza do orgânico que esta rígida circunscrição [em fronteiras]”<sup>31</sup>.

Posteriormente, o sueco Rudolf Kjellen, que cunhou o termo “geopolítica”, exacerbava a visão organicista do Estado, encarando-o como um ser vivo com vontade própria, necessitado de “espaço vital”. Antecipa, assim, Karl Haushofer e sua escola geopolítica alemã, que forneceriam uma base ideológica para o expansionismo hitlerista. O quarto grande nome da geopolítica é o inglês sir Halford Mackinder, que desenvolveu a idéia de *heartland*, o coração da terra. O domínio do *heartland* seria a chave para a conquista da “Ilha do Mundo” (formada pela Europa, Ásia e África) e, a partir daí, de todo o globo. No centro do *heartland* estaria a Europa oriental. Essa teoria inspirou a formação do “cordão sanitário” entre a

Alemanha nazista e a União Soviética no período entre-guerras<sup>32</sup>. Sem ser propriamente um geopolítico, o historiador Arnold J. Toynbee também é amplamente citado nos estudos da matéria.

Já foi demonstrado que, por baixo de “leis universais” e frases definitivas, a geopolítica está longe de merecer o estatuto científico que atribui a si mesma. Christian Caubet assinala que “os determinismos geográficos só se impõem como evidências porque falta, muitas vezes, conferir sua validade em função de um contexto histórico preciso”<sup>33</sup>.

A geopolítica brasileira tem como precursor o general Mário Travassos, que a estudou já nos anos 1930. Seus maiores cultores, porém, foram os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, merecendo destaque, entre os civis, a professora Therezinha de Castro. Em todos eles, o pensamento geopolítico já surge combinado com a doutrina da segurança nacional — Golbery escreveu suas principais obras da metade dos anos 1950 até o começo da década de 1960, enquanto os outros dois produziram principalmente durante os governos militares.

Uma visão comum a todos eles é que o Atlântico Sul representa

a retaguarda vital de todo o mundo do Ocidente. Qualquer penetração importante, aí, de um inimigo comprometerá certamente todo o sistema defensivo do mundo ocidental, sobretudo porque tornará, desde logo, extremamente vulneráveis as comunicações marítimas e aéreas, de que o Atlântico Sul é o palco insubstituível e a Antártida, o ferrolho<sup>34</sup>.

Assim, pela sua própria presença dominante nesta região, “o Brasil está magistralmente bem situado para realizar um grande destino”<sup>35</sup>. Caberia aos Estados Unidos compreenderem a importância do Brasil, oferecendo-lhe uma parceria privilegiada em relação aos outros países da América do Sul, especialmente a Argentina, e assegurando-lhe a posição de potência continental<sup>36</sup>.

Outro motivo sempre presente nas visões da geopolítica do Brasil é a “integração nacional”. O país é visto como excessivamente concentrado na costa; para sua segurança, é necessário efetivar o “tamponamento” das fronteiras — um processo não apenas militar, mas demográfico, cultural e econômico. Daí a ênfase na necessidade de expansão do ecúmeno para o interior, no desenvolvimento dos transportes e da comunicação.

O destino do Brasil, que a própria natureza traçou, é sua grandeza. A geopolítica brasileira criou toda uma teleologia nacionalista para embasar essa afirmação<sup>37</sup>. Mas, como adverte o general Meira Mattos, sem liderança e coesão interna “as majorias e minorias nacionais se perderão nos desvãos sectários da polêmica estéril e a nação se desencontrará de seu destino”<sup>38</sup>. Portanto, a grandeza do Brasil não prescinde do autoritarismo — é através

deste que aquela se realiza.

### ***O intervencionismo militar***

Como se vê, as “três fontes” empurram os militares para a intervenção direta na gestão da vida nacional. Incorpora-se a isso o discurso da superioridade moral (e mesmo técnica) do militar. Os bacharéis fardados da República Velha, que se julgavam cientificamente preparados para oferecer soluções a todos os problemas nacionais<sup>39</sup>, estão bem próximos da ESG, “a casa onde se estuda o destino do Brasil”. Bastante característica, principalmente, é a oposição entre o político — preso aos grupos que o apóiam e incapaz de tomar medidas firmes que prejudicariam seu eleitorado — e o militar altruísta e descompromissado.

A denúncia da hipocrisia dos políticos é uma constante no discurso militar. Um exemplo “folclórico” desta postura é a declaração do general Figueiredo, então sucessor indicado do presidente Geisel, explicando por que não possuía temperamento para o cargo: “Quando não gosto de um sujeito, não gosto na cara e deixo de cumprimentar de uma vez. E sei que um Presidente da República, em certas ocasiões, tem que fingir que está ouvindo com prazer a conversa pegajosa de um empresário picareta ou de um político aproveitador”<sup>40</sup>. A afirmação da superioridade moral da profissão militar parece ser uma constante entre as forças armadas dos diversos países<sup>41</sup>, ao que se soma o desprezo pelo político profissional.

Um eco deste discurso é a afirmação, por um brazilianista simpático ao regime militar, de que as eleições presidenciais pré-1964 eram “disputas de popularidade, nas quais milhões de cidadãos fazem sua escolha entre uma porção de candidatos que percorrem o país, prometendo o impossível e não raro alardeando um nacionalismo xenófobo”<sup>42</sup>. Em contrapartida, o marechal Castelo Branco, mesmo hostilizado pela nação, cumpria o seu dever<sup>43</sup>. No mesmo sentido, o general Médici anunciava, ainda antes de sua posse, que “gostaria que o meu governo viesse, afinal, a receber o prêmio da popularidade, entendida no seu legítimo e verdadeiro sentido de *compreensão do povo*. Mas não pretendo conquistá-la, senão com o inalterável cumprimento do dever”<sup>44</sup>.

De fato, a doutrina da ESG é clara ao desvincular a legitimidade dos governos da soberania popular. Tal legitimidade é verificada em função da adequação, ou não, da plataforma de governo aos Objetivos Nacionais Permanentes<sup>45</sup>. De acordo com a doutrina, são as “elites” que interpretam as aspirações nacionais e fixam tais Objetivos<sup>46</sup>; na prática, tais “elites” se encontram reunidas na própria ESG. Desta forma, cabe à escola, ou seja, às forças armadas, decidir sobre a legitimidade do governo. Como nota Michel Schooyans, há aqui um movimento onde as forças armadas

hipostasiam o Estado e, através delas mesmas, identificam-no à nação<sup>47</sup>.

Apresentada de forma mais acabada na doutrina da ESG, a defesa do “direito” militar de intervenção na vida política está presente no discurso de praticamente todos os segmentos da corporação. Ela aparece, por exemplo, no manifesto de lançamento da revista *A Defesa Nacional*, órgão dos “jovens turcos”, oficiais que desejavam a profissionalização do exército e a quem se atribui uma intenção despolitizadora<sup>48</sup>. No editorial do primeiro número, em outubro de 1913, era escrito:

É debalde que os espíritos liberais, numa justificada ânsia de futurismo, se insurgem contra as intervenções militares na evolução social dos povos: é um fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento, e que só num grau já elevado de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita à sua verdadeira função.

Sem desejar, pois, de forma alguma, a incursão injustificada dos elementos militares nos negócios internos do país, o Exército precisa entretanto estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha — e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam<sup>49</sup>.

E é notável a semelhança nas opiniões sobre esta questão — a participação política dos militares — entre dois oficiais tão distantes ideologicamente quanto os generais Góis Monteiro, principal líder do exército durante o Estado Novo, e Nelson Werneck Sodré, intelectual marxista. Góis, em sua longa entrevista a Lourival Coutinho, manifesta sua antipatia ao ex-presidente Washington Luís por querer “a obediência passiva, o automatismo, o soldado servo, como depois aconteceu no tempo de Hitler, de Mussolini e outros déspotas que têm aparecido, com alternativas e atenuações, aqui mesmo na América do Sul”<sup>50</sup>.

E afirma o general Werneck Sodré, num texto — detalhe significativo — escrito ainda sob o impacto do golpe de 1964:

A noção de que as Forças Armadas devem alhear-se do problema político, tão vivamente defendida pelos representantes do latifúndio e do imperialismo, que as pretendem resguardar para intervenções antipopulares, antidemocráticas e, conseqüentemente, antinacionais, fica bem nítida, no seu verdadeiro e claro sentido, quando se afirma a necessidade do cumprimento, por elas, da segunda parte de sua missão, que é a de assegurar o livre desenvolvimento da economia nacional, problema de essência

política profunda. Essa parte da missão é inseparável da outra, mas também específica das Forças Armadas, e nesse sentido é que operam em participação política, e não em distanciamento político<sup>51</sup>.

Além disso, todas as três correntes que formam o pensamento militar brasileiro contribuem com uma espécie de desconfiança em relação às instituições democráticas — seja porque elas seriam fracas demais para promoverem o desenvolvimento nacional e garantirem a segurança, seja porque existiria uma vontade do organismo estatal que as precede e transcende. Mas a esta desconfiança se aliam contraditórias manifestações formais de respeito à democracia liberal, como fica patente de modo exemplar na famosa carta de Floriano Peixoto ao general Neiva, escrita em 1887: “Como liberal que sou não posso querer para meu país o governo da espada, mas não há quem desconheça, aí estão os exemplos, de que é ele que sabe purificar o sangue do corpo social que, como o nosso, está corrompido”<sup>52</sup>.

### ***A hegemonia da ideologia da ESG***

Ligada a instituições civis, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) ou o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), a Escola Superior de Guerra desempenhou um papel importante na preparação do golpe de estado de março/abril de 1964. Conhecida como a “Sorbonne” militar brasileira, foi nela que se gestou o projeto que seria implantado no país após o golpe. Em geral, o projeto da ESG é identificado com uma ala das forças armadas, os *sorbonistas*, às vezes chamados de *castelistas* (do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente do ciclo militar).

No entanto, é inegável que a doutrina da ESG dominou todo o regime militar brasileiro. O projeto da escola, a rigor o único programa estruturado presente nas forças armadas, foi hegemônico em todo o período autoritário. As diferenças existentes eram mais de ênfase e de matiz. O credo comum no perigo comunista, nas soluções autoritárias, no desenvolvimento econômico fomentado pelo Estado e no futuro do Brasil-potência unia os militares. Eles estavam convencidos da necessidade de sufocar o movimento popular, excessivamente ativado nas últimas fases da república populista, para criar um clima de “paz social”. Aliada ao barateamento da mão-de-obra, que viria como consequência previsível da repressão ao sindicalismo, esta “paz” tornaria o país atraente aos investimentos externos<sup>53</sup>.

Esta linguagem era comum a “duros” e “brandos”, “nacionalistas” e “entreguistas” — uma plataforma comum, da qual todos comungavam,

mesmo com desavenças de enfoque, de *timing* ou pontuais. É necessário esclarecer aqui que, ao contrário de muitos autores, trabalho com a hipótese de que os conflitos ocorridos entre setores das forças armadas, especialmente do exército, durante o regime militar foram mais a expressão de tensões conjunturais, provocadas muitas vezes pelas disputas sucessórias, do que propriamente o enfrentamento entre “programas” divergentes. Não se trata de negar a existência de diferentes setores no exército, ou de recusar validade à tese de que a compressão do regime político pelas forças armadas traz os conflitos políticos e partidários para dentro da corporação militar<sup>54</sup>, embora ela mereça ser relativizada. O que julgo necessário é redimensionar a coesão e influência destes grupos. Se o processo é pensado em termos de “partidos” e “programas”, como faz, por exemplo, Eliézer Rizzo de Oliveira, surgirão contradições e lacunas dificilmente explicáveis. Basta lembrar a ampla abertura do país ao capital estrangeiro proporcionada pelo “nacionalista” Costa e Silva, ou a política externa independente e o ambicioso programa de industrialização pesada inaugurados pelo “liberal-entreguista” Ernesto Geisel.

Da mesma maneira, as freqüentes conversões de “brandos” em “duros” e vice-versa mostram que a linha divisória entre estas duas posições estava longe de ser tão nítida quanto querem algumas análises. Apenas como exemplo, os dois símbolos da linha-dura no governo Geisel chegaram a seus cargos como liberais. O general Sylvio Frota tornou-se ministro do Exército como escolha pessoal do presidente, após a morte do ministro Dale Coutinho — este sim, uma concessão aos setores mais radicais. E o comandante do II Exército, general Ednardo d’Ávila Melo, afastado do cargo após o assassinato do jornalista Wladimir Herzog, fora, segundo Thomas Skidmore, “saudado por muitos como sendo muito mais esclarecido do que o seu antecessor linha-dura, general Humberto de Souza Mello”<sup>55</sup>. Recorde-se, ainda, que o substituto de Frota, general Fernando Bethlem, poderia facilmente ser classificado como um protótipo do “linha-dura”, tendo assinado, um mês antes de chegar a ministro, um manifesto delirantemente anticomunista, em que se colocava contra a desmilitarização do poder<sup>56</sup>.

É necessário não ver, em suma, mais coerência e menos oportunismo nos “partidos” militares do que se vê nos partidos civis brasileiros. Os conflitos internos ocorridos durante a ditadura e mesmo depois dela mostram, por outro lado, a existência de um *espaço* para a linha-dura, isto é, para a manifestação das teses mais fundamentalistas dentro da corporação. Segundo Guillermo O’Donnell e Phillipe Schmitter, com os quais concordo nesse ponto, as divisões entre duros e brandos, moderados e radicais, “não são atributos permanentes de cada ator” e devem ser

“inferidos a partir do comportamento estratégico de atores específicos quando em confronto com as escolhas abertas pela transição”<sup>57</sup>. O espaço da linha-dura no Brasil foi ocupado por diversos líderes, sucessivamente — Costa e Silva, Albuquerque Lima, Sylvio Frota, Octávio Medeiros, Newton Cruz e mesmo, já no governo civil de José Sarney, os irmãos João e Euclides Figueiredo. Cada um deles, porém, preencheu com um conteúdo diferente esse espaço.

O setor das forças armadas que de fato se opunha à ideologia da ESG foi expurgado após o golpe. Em 1964, foram expulsos 20 dos 102 oficiais-generais do exército<sup>58</sup>. O número total de punições é incerto; as estimativas variam grandemente, mas sem dúvida milhares de militares foram atingidos, quase todos já em 1964<sup>59</sup>. Assim, as clivagens internas durante a ditadura não reproduzem aquelas preexistentes, já que o setor nacionalista-reformista ou legalista, personificado por oficiais como o marechal Henrique Teixeira Lott e o general Newton Estillac Leal, foi efetivamente afastado.

Em 1985, os civis voltaram ao poder, após uma complexa negociação em que foram dadas importantes garantias aos chefes militares<sup>60</sup>. No governo José Sarney (1985-90), a ideologia da Escola Superior de Guerra permaneceu hegemônica dentro das forças armadas, apesar das fissuras que se abriam, devidas à redemocratização interna e à distensão externa, que culminou no colapso da União Soviética<sup>61</sup>. Nos governos seguintes, a visibilidade política dos militares declinou de maneira notável. No entanto, se muitas das premissas da doutrina da ESG se tornaram absolutamente insustentáveis, por outro lado muito pouco ou nada se avançou no sentido de reforma a educação militar e de dotar as forças armadas brasileiras de uma perspectiva profissional compatível com a neutralidade política que, numa democracia, elas devem manter.

## Notas

\* Doutor em Ciências Sociais (Unicamp). Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Pesquisador do CNPq.

<sup>1</sup> Ver Major Victor Villanueva, *O golpe de 68 no Peru*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969; Alfred Stepan, *Estado, corporativismo, autoritarismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; Joseph Comblin, *A ideologia da segurança nacional*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 171-7.

<sup>2</sup> Edmundo Campos Coelho, *Em busca de identidade*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976.

<sup>3</sup> Marechal Osvaldo Cordeiro de Farias, *Meio século de combate* (depoimento a Aspásia Camargo e Walder de Góes), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, p. 409.

<sup>4</sup> Eliézer Rizzo de Oliveira, *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1965)*, Petrópolis, Vozes, 1976, p. 23.

<sup>5</sup> ESG, *Manual básico*, Rio de Janeiro, ESG, edições de 1973, 1976, 1977/78 e 1986, passim.

Ver tb. ESG, *Fundamentos teóricos*, Rio de Janeiro, ESG, 1983, passim.

<sup>6</sup> Eliézer Rizzo de Oliveira, *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1965)*, op. cit., p. 39.

<sup>7</sup> “A Europa é a fortaleza de Hitler/Diz Goebbels a cada criança./Mas onde já se viu uma fortaleza/Onde os inimigos estão não só do lado de fora/Mas também do lado de dentro?” Bertolt Brecht, “A fortaleza Europa”, em *Poemas (1913-1956)*, S. Paulo, Brasiliense, 1990, p. 231.

<sup>8</sup> General Golbery do Couto e Silva, *Planejamento estratégico*, Brasília, Editora UnB, 1981, pp. 40-1.

<sup>9</sup> ESG, *Manual básico*, op. cit., edição de 1976, p. 101.

<sup>10</sup> General Aurélio de Lyra Tavares, “Compreensão de segurança nacional”, em Tavares et al., *Segurança nacional*, São Paulo, Serviço de Publicações da Fiesp, 1962, p. 22.

<sup>11</sup> General Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1981, p. 14.

<sup>12</sup> Id., p. 237. Ver tb., sobre a incapacidade de autodefesa das instituições democráticas, José Alfredo Amaral Gurgel, *Segurança e democracia*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, pp. 21-3.

<sup>13</sup> Alfred Stepan, “The new professionalism of internal warfare and military role expansion”, em Stepan (org.), *Authoritarian Brazil*, New Haven, Yale University Press, 1973, pp. 47-53.

<sup>14</sup> José Antônio Giusti Tavares, “O sistema político brasileiro”, em José Antônio Giusti Tavares e Raúl Enrique Rojo (orgs.), *Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 232.

<sup>15</sup> Bolívar Lamounier, “A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”, em Boris Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano* (vol. 2), São Paulo, Difel, 1985, p. 356.

<sup>16</sup> Alberto Torres, *A organização nacional*, Brasília, Editora UnB, 1982, p. 214.

<sup>17</sup> Id., pp. 257-8.

<sup>18</sup> Id., p. 241.

<sup>19</sup> Sobre este aspecto do pensamento de Vianna, ver Nelson Werneck Sodré, *A ideologia do colonialismo*, Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 141-51; Clóvis Moura, *As injustiças de Clío*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, pp. 197-212.

<sup>20</sup> Francisco José Oliveira Vianna, *Problemas de política objetiva*, Rio de Janeiro, Record, 1974, p. 58.

<sup>21</sup> Evaldo Amaro Vieira, *Oliveira Vianna e o Estado corporativo*, São Paulo, Grijalbo, 1976, passim.

<sup>22</sup> Vianna, op. cit., pp. 36-7.

<sup>23</sup> Francisco José Oliveira Vianna, *Ensaio inéditos*, Campinas, Editora da Unicamp, 1991, p. 220.

<sup>24</sup> Francisco José Oliveira Vianna, *Problemas de organização e problemas de direção*, Rio de Janeiro, Record, 1974, p. 185.

<sup>25</sup> Francisco José Oliveira Vianna, *Instituições políticas brasileiras* (vol. 2), Belo Horizonte, Itatiaia, 1987, p. 132.

<sup>26</sup> Francisco José Oliveira Vianna, *Problemas de organização e problemas de direção*, op. cit., p. 100.

<sup>27</sup> Francisco José de Oliveira Vianna, *Instituições políticas brasileiras* (vol. 1), Belo Horizonte, Itatiaia, 1987, pp. 20-1.

<sup>28</sup> Para o conceito de autoritarismo instrumental, ver Wanderley Guilherme dos Santos, *Ordem burguesa e liberalismo político*, São Paulo, Duas Cidades, 1978, pp. 104-6.

<sup>29</sup> Eurico de Lima Figueiredo, *Os militares e a democracia*, Rio de Janeiro, Graal, 1980, p. 123.

<sup>30</sup> Ver, por exemplo: Cel Inf QEMA José Fernando de Maya Pedrosa, “O exército e a sociedade brasileira”, *A Defesa Nacional* nº 714, Rio de Janeiro, 1984; Cel Av RR Nelson José Abreu do

Ó de Almeida, “Forças armadas: apenas segurança externa?”, *A Defesa Nacional* nº 742, Rio de Janeiro, 1989.

<sup>31</sup> Friedrich Ratzel, “As leis do crescimento espacial dos Estados”, em *Friedrich Ratzel: geografia*, São Paulo, Ática, 1990, p. 176.

<sup>32</sup> Para uma síntese destes autores, ver Shiguenoli Miyamoto, “Geopolítica e autoritarismo: o caso brasileiro”, *Revista de Cultura Vozes* v. LXXVIII, nº 10, Petrópolis, 1984, pp. 752-3.

<sup>33</sup> Christian Caubet, “Por uma (nova?) epistemologia da geopolítica”, em Caubet et al., *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Vértice, 1985, p. 300.

<sup>34</sup> General Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, op. cit., p. 191.

<sup>35</sup> Id., p. 213.

<sup>36</sup> Id., p. 51.

<sup>37</sup> Um dos mais claros exemplos está em General Carlos de Meira Mattos, *A geopolítica e as projeções do poder*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1977, pp. 84-102.

<sup>38</sup> General Carlos de Meira Mattos, *Brasil: geopolítica e destino*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1986, p. 72.

<sup>39</sup> Manuel Domingos Neto, “L’influence étrangère et la formation des groupes et tendances au sein de l’armée brésilienne (1889-1930)”, em Alain Rouquié (org.), *Les partis militaires au Brésil*, Paris, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1980, p. 50.

<sup>40</sup> General João Baptista de Oliveira Figueiredo, *O livro dos pensamentos do general Figueiredo*, editado por Carlos Wagner Moraes, São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, p. 10.

<sup>41</sup> Declarações de oficiais estadunidense sobre seu próprio “sacerdócio” aparecem em Morris Janowitz, *O soldado profissional*, São Paulo, GRD, 1967, pp. 117-8. Para uma visão da auto-imagem militar na Academia de Agulhas Negras, ver Celso Castro, *O espírito militar*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990, passim.

<sup>42</sup> John W. F. Dulles, *Castello Branco: o presidente reformador*, Brasília, Editora UnB, 1983, p. 5.

<sup>43</sup> Id., p. 16.

<sup>44</sup> General Emílio Garrastazu Médici, *O jôgo da verdade*, Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1970, p. 16.

<sup>45</sup> ESG, *Manual básico*, op. cit., edição de 1976, p. 224; edição de 1977-8, p. 37. Observe-se que “sua existência [dos Objetivos Nacionais Permanentes] independe de que estejam explicitados na Constituição ou em outros textos legais” (ESG, *Manual básico*, op. cit., edição de 1986, p. 31).

<sup>46</sup> Antônio de Arruda, *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*, São Paulo, GRD, 1983, p. 78.

<sup>47</sup> Michel Schooyans, *Demain, le Brésil?*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1977, p. 14.

<sup>48</sup> A imagem “despolitizadora” dos jovens turcos, difundida especialmente por Edmundo Campos Coelho e José Murilo de Carvalho, é contestada por diversos autores. Quartim de Moraes assinala que os jovens turcos desejavam a adoção do modelo estatal prussiano (João Quartim de Moraes, *A esquerda militar no Brasil* (vol. 1), S. Paulo, Siciliano, 1991, pp. 87 e 119). Ver também Alain Rouquié, “Les processus politiques dans les partis militaires au Brésil”, em Rouquié (org.), *Les partis militaires au Brésil*, op. cit., p. 16; Leila Maria Corrêa Capella, “Militares e organização nacional”, em Capella et al., *Ciências sociais hoje*, São Paulo, Vértice, 1988, p. 174.

<sup>49</sup> Reproduzido in Estado-Maior do Exército, *História do Exército brasileiro* (vol. 2), Brasília, Estado-Maior do Exército, 1972, p. 805. Ortografia atualizada.

<sup>50</sup> Lourival Coutinho, *O general Góes depõe*, Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1956, p. 39.

<sup>51</sup> Nelson Werneck Sodré, *A história militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 409.

<sup>52</sup> Cit. in Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 281.

<sup>53</sup> Em linhas gerais, o modelo “burocrático-autoritário” de O’Donnell dá conta desta plataforma. Ver especialmente Guillermo O’Donnell, *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*, São Paulo, Vértice, 1987, p. 21; *Contrapontos*, São Paulo, Vértice, 1986, pp. 21-2; tb. a síntese crítica de David Collier, “Resumo do modelo autoritário-burocrático”, em Collier (org.), *O novo autoritarismo na América latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 32-7. A tese do “aprofundamento da industrialização”, acusada de economicista, foi em geral considerada o ponto fraco do modelo burocrático-autoritário. O próprio O’Donnell se desvinculou dela (Guillermo O’Donnell, “Introdução” à edição brasileira de *Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários*, op. cit., pp. 13-4). Vale lembrar que as ditaduras do Cone Sul reestruturaram a economia em resposta a “determinantes objetivos da fase do desenvolvimento capitalista”, mas sobretudo para fazer face à crise político-social que determinara a intervenção militar (Manuel Antonio Garretón, “Em torno da discussão sobre os novos regimes autoritários na América Latina”, *Dados* v. 27, nº 3, Rio de Janeiro, 1982, p. 172).

<sup>54</sup> Samuel Finer, *The man on horseback*, Boulder, Westview, passim; Walder de Góes, “O novo regime militar no Brasil”, *Dados* v. 27, nº 3, Rio de Janeiro, 1982, p. 265.

<sup>55</sup> Thomas Skidmore, *Brasil: de Castelo a Tancredo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 347.

<sup>56</sup> O “manifesto Bethlem” está reproduzido em Hugo de Abreu, *O outro lado do poder*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979, pp. 135-6.

<sup>57</sup> Guillermo O’Donnell e Philippe C. Schmitter, *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*, São Paulo, Vértice, 1988, p. 121. Sobre os limites da distinção entre duros e brandos, ver tb. Manuel Antonio Garretón, “Modelo e projeto políticos do regime militar chileno”, em Bolívar Lamounier (org.), *A ciência política nos anos 80*, Brasília, Editora UnB, 1982, p. 61.

<sup>58</sup> Alfred Stepan, *Os militares na política*, Rio de Janeiro, Artenova, 1975, p. 123.

<sup>59</sup> O Projeto Brasil: Nunca Mais, que trabalhou apenas com dados extraídos de processos instaurados pelo próprio regime, identificou 729 denunciadores por “indisciplina militar” num universo de 7367 réus (Arquidiocese de São Paulo, *Perfil dos atingidos*, Petrópolis, Vozes, 1988, p. 12). Dados recolhidos pelo Iuperj em diversas fontes, incluindo o *Diário Oficial* e a “Relação dos inelegíveis” do TSE, apontam 1502 militares aposentados, reformados ou demitidos entre 1964 e 1973 (1147 apenas em 1964); cf. Santos (coord.), *Que Brasil é este?*, S. Paulo, Vértice, 1990, p. 251. Dos punidos nas três armas, 1313 estão classificados pela patente; entre estes aparecem 43 oficiais-generais, 240 oficiais superiores e 292 oficiais subalternos (id., p. 254). Já segundo a Associação Democrática e Nacionalista de Militares Cassados, o expurgo teria atingido 407 oficiais e 7080 praças (Maria Carolina Falcone, *Tribuna da Imprensa*, 7/3/85, p. 2). Soares, citando o periódico alternativo *Coojornal*, fala em 4682 punições políticas até 1977, sendo quase um terço de militares (cerca de 1550 militares, portanto; cf. Gláucio Ary Dillon Soares, “As políticas de cassações”, *Dados* nº 21, Rio de Janeiro, 1979, p. 69). As divergências são significativas — fruto de sistemáticas de pesquisa diferenciadas — mas não resta dúvida de que as punições, ocorridas principalmente no primeiro ano da ditadura, alteraram o perfil das forças armadas.

<sup>60</sup> Luis Felipe Miguel, “Aspectos militares da gênese da ‘Nova República’”. *Mosaico*, vol. 2, nº 1. Vitória, 1999, pp. 141-51.

<sup>61</sup> Luis Felipe Miguel, “Permanência e crise da ideologia de segurança nacional entre os militares no governo Sarney”. *Cadernos de Estudos Sociais*, vol. 15, nº 2. *de Estudos Sociais*, vol. 15, nº 2. Recife, 1999, pp. 269-98.